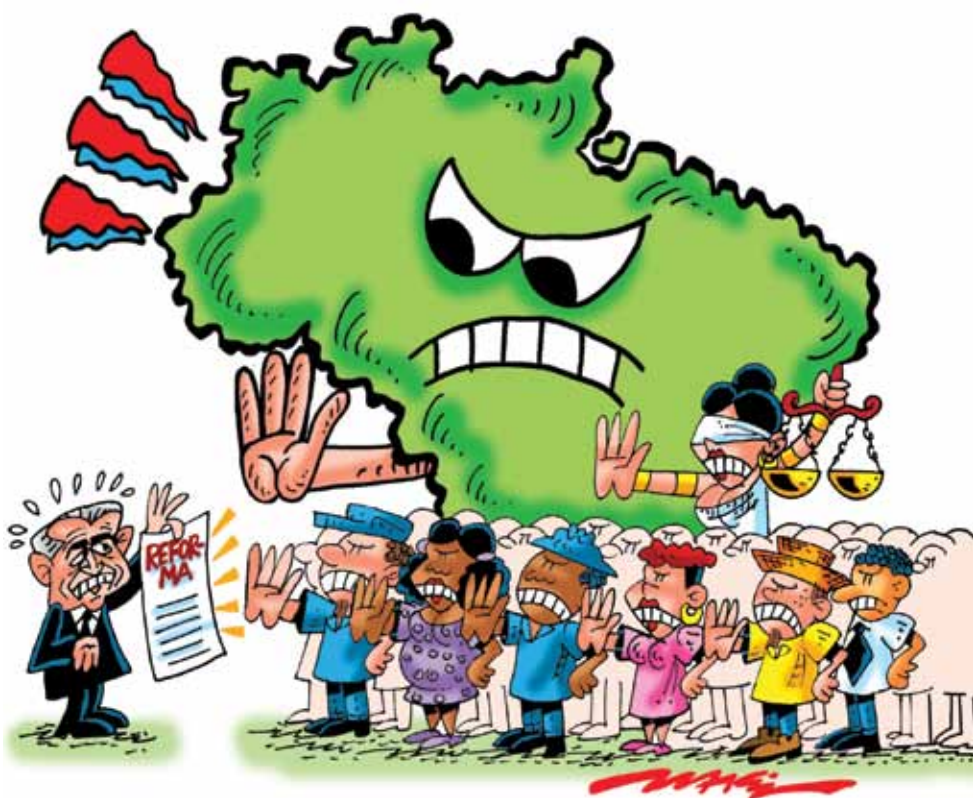


# DIGA NÃO

## À RETIRADA DE DIREITOS



ENTENDA COMO A REFORMA TRABALHISTA VAI  
PREJUDICAR TODOS OS TRABALHADORES!



## Diga NÃO à retirada de Direitos

Entenda como a reforma trabalhista vai prejudicar todos os trabalhadores!

por **Camilo Vannuchi e Marcio Baraldi**

Publicação da Confederação Nacional do Ramo Químico da CUT (CNRQ/CUT)

Rua Major Diogo, 634 - 1º andar - CEP 01324-000 - Bela Vista - São Paulo - SP

**Secretaria de Comunicação:** Paulo de Souza Bezerra  
**Jornalista Responsável:** Gislene Madarazo 36.373-SSP

**Ilustrações:** Marcio Baraldi


**Diagramação e Arte Final:** Maria Cristina C. Miyamura

*Autorizada a publicação parcial ou total, desde que citada a fonte*



[www.cnq.org.br](http://www.cnq.org.br)

[cnq@cnq.org.br](mailto:cnq@cnq.org.br) e [imprensa@cnq.org.br](mailto:imprensa@cnq.org.br)

 [facebook.com/CNO-Confederação-Nacional-do-Ramo-Químico](https://www.facebook.com/CNO-Confederação-Nacional-do-Ramo-Químico)

 [twitter.com/cnqcut](https://twitter.com/cnqcut)

# Você está demitido!



**Q**uando topou com o dedo mindinho na quina da cama ao se levantar, Ribamar logo sacou que teria um dia difícil. Só não imaginou que seria tanto. Nem mesmo quando dobrou a esquina e viu o ônibus das 6h10 sumir na curva. Paciência. Fazer o quê? O jeito era esperar o próximo.

Pendurado no cano do busão lotado, Ribamar seguiu pro trabalho pensando na Rita. Tava linda com aquele barrigão. Quem diria que, depois de tanto tempo, ele ia ser pai outra vez. A Ana já estava na faculdade, graças ao ProUni e ao Fies. O Edu ia prestar o Enem dali a dois anos. E a Rita, companheira nova, que pintou pra alegrar sua vida após cinco anos de separação, ia lhe dar outra menina antes do Natal. Bebel tá crescendo aí dentro, ele pensava. Bebel tá chegando. Bebel isso, Bebel aquilo.

Por volta das 11h da manhã, o dia acabou pra Ribamar. Acabou a semana.

O supervisor foi lhe chamar.

— Seu Ribamar, o Dr. Jean quer falar com você lá na sala dele.

Ribamar tirou a luva e atravessou o corredor em direção à sala do chefe.



— Com licença, Dr. Jean.

— Entra, faça o favor. Senta aí.

— Pois não, Dr. Jean. Como posso ser útil?

— Seu Ribamar, a notícia que eu tenho para você não é muito boa, não. A empresa vai precisar te demitir.

— Virgem santíssima, Dr. Jean. Não brinca, não.

— Tô falando sério, Seu Ribamar. Você está demitido.

— Nossa, Dr. Jean! Mas assim, de uma hora pra outra?

— Sabe como é, a empresa vai passar por uma reestruturação, cortar despesas, redimensionar a equipe.

— Mas eu trabalho aqui há 27 anos, Dr. Jean, nunca trabalhei em outro lugar.

— Sei disso.

— Eu entrei aqui com 19 anos. A turma me chamava de Riba do Solvente.

— Eu me lembro.

— Depois trabalhei na parte de aditivos, mexi com secantes e nivelantes, até virar o Ribamar da Moagem.

— Grande Ribamar da Moagem!

— Vinte e sete anos produzindo tinta enquanto o cabelo perdia a cor. Cada uma.

— Pois é. Seu Ribamar, eu sei da sua fidelidade à empresa. E estava lendo sua ficha agora. Foi justamente por isso que eu chamei você aqui para negociar.

— Negociar? Negociar o quê?

— Os termos da demissão em comum acordo.

— Como assim, Dr. Jean? Não tem nada de comum acordo. Estou sendo demitido pelo senhor. E sem justa causa.

— A causa é justa, na verdade. Entenda, Seu Ribamar. É a crise. Mas de fato não podemos caracterizar como justa causa, o que é uma pena.

— Então não tem o que negociar.



— Sabe o que é? A gente tem planos de contar com o senhor no futuro, Seu Ribamar. Como colaborador, entende?

— Não. Não entendo.

— Ora, o senhor desempenha uma função central para os nossos negócios. E longe de nós querer deixá-lo na mão. Se entrarmos num acordo, poderemos recontratar você daqui a algum tempo, como terceirizado.

— E quando vai ser isso?

— Daqui a 18 meses, assim que a nova lei permitir.

— Dezoito meses?

— É o que está na nova lei. Esse é o prazo de quarentena para que a empresa possa contratar como prestador de serviços um antigo funcionário registrado em carteira.

— Mas 18 meses... E como eu vivo até lá?

— Veja bem, Seu Ribamar, eu tenho certeza que o senhor vai saber se virar. Não faltarão oportunidades para um profissional como você.

— Aos 46 anos, Dr. Jean? Tá bom.

— Ah, não fala assim, Seu Ribamar da Moagem. Você está no auge! Não é toda companhia que pode contar com alguém com a sua experiência, com a sua dedicação. E você ainda pode pegar um trabalho por produção...

— Produção, Dr. Jean?

— É, oras. A empresa paga você pelo que você produzir. E você se vira com o resto. Não precisa bater ponto nem nada. Muito mais fácil assim, sem transporte, sem alimentação, sem estação de trabalho... Tenho certeza que você consegue um contrato desses por 17 meses.

— Dezesete meses?

— Claro, para não atrapalhar o lucro, os planos de expansão, o desenvolvimento. É a lei. Depois de 17 meses de contrato começam a incidir os impostos, aí você já viu. Mas isso é outro assunto. Não se preocupe com isso agora.

— Caramba, Dr. Jean. Estou chocado. Minhas mãos estão até tremendo.

— Toma um gole de água, Seu Ribamar.

— Tem o financiamento da casa, a faculdade da Ana... Sabe que ainda não renovaram o Fies dela? E ainda tô comprando aos pouquinhos as coisas da Bebel: o berço, as roupinhas.

— Toma mais um gole d'água, Seu Ribamar. Melhorou?

— Ainda tô tremendo. Puxa vida, Dr. Jean. Quando eu ia esperar uma notícia dessas?

— Desde a aprovação da Reforma.

— Como?

— Nada, nada. Deixa pra lá.

— Bom, pelo menos eu vou poder sacar o FGTS até me acertar e...

— Oitenta por cento.

— Como?

— São 80% do FGTS. É o que estabelece a nova lei. Se fizermos um acordo, você poderá resgatar 80% do FGTS. E nada de seguro desemprego.

— O quê?

— Sem seguro desemprego para quem faz acordo, afinal é uma opção sua.

— Meu Deus... Ainda bem que tem os 40% da multa rescisória.

— 20%.

— Como?

— São 20% de multa, Seu Ribamar. É o que diz a nova lei. Se fizermos um acordo, a empresa paga 20% da multa. É justo. É a metade entre zero e 40%. Todos ganham.

— Todos ganham? Como assim, todos ganham, Dr. Jean? E se eu não quiser fazer acordo nenhum?

— Aí será mesmo uma pena, porque nunca mais vamos conseguir contratar você.

— Mas esse acordo, vou consultar o sindicato.

— Não adianta.

— Como?

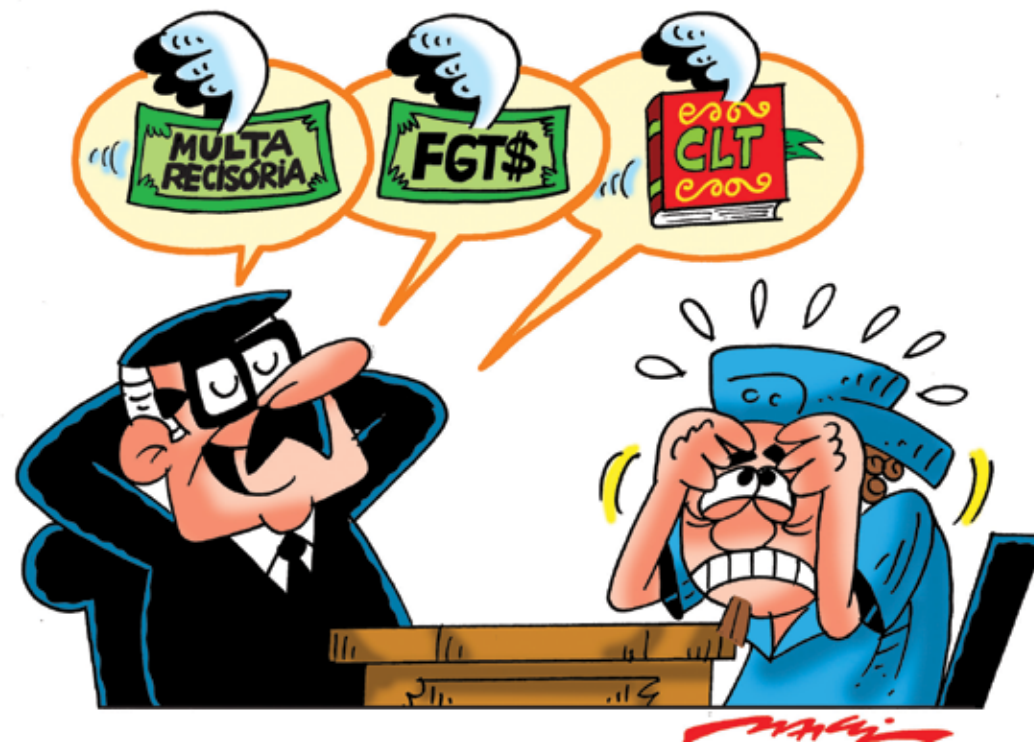
— Não adianta consultar o sindicato. É o que determina a nova lei. Os acordos individuais entre patrão e empregado valem mais do que as convenções e os acordos coletivos da categoria.

— Rapaz... mas a legislação...

— Esquece.

— Como?

— Esquece a legislação. Está na lei. Os acordos entre patrão e empregado valem mais do que a legislação.



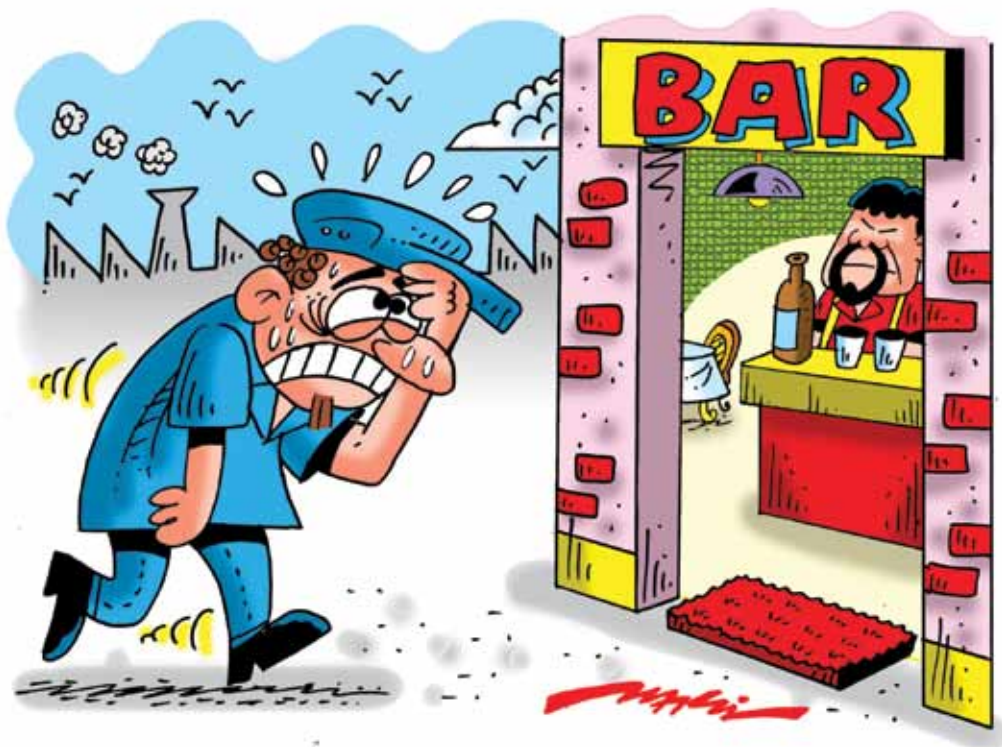
— Não é possível! Não foi para isso que eu me sindicalizei, que eu fui a dezenas de assembleias, nem é pra isso que todos os trabalhadores pagam o imposto sindical.

— Acabou.

— O quê?

— A contribuição sindical obrigatória. Não é incrível? Finalmente! Bando de sanguessugas... Repara como essa reforma é boa. Você não vai mais precisar pagar a contribuição sindical, sendo sindicalizado ou não. Sem esse dinheiro, tenho certeza que os sindicatos vão tudo quebrar. Assim eles deixam de atrapalhar a vida de quem quer empreender. Tá um Congresso Nacional que defende o trabalhador.

# Ponte para o futuro



Seu Ribamar saiu desnortado da sala do chefe. Pegou o celular pra ligar para a Rita, mas não sabia como falar, o que dizer. Ele precisava se acalmar, pôr a cabeça nos eixos.

Tinha chegado a hora do almoço e faltava apetite. Em poucos minutos, tocaria o sinal e a turma toda iria se espalhar pelo refeitório, contente da vida com a rodada de quarta-feira do Brasileirão, cheia de planos para a feijoada do Tim, marcada pro dia seguinte com roda de samba e tudo.

Definitivamente, Ribamar não estava no clima para almoçar ali. Precisava sair, dar uma volta, espairecer.

“Vai pra casa e pensa até amanhã”, foram as palavras do Dr. Jean. “Às

8 horas da manhã você volta à minha sala e assinamos o acordo”.

Que tipo de acordo era aquele! Ribamar não queria saber de acordo nenhum. Sentia-se traído, como se tivessem lhe arrancado o couro e depois o abandonado. Na roça. Debaixo de chuva.

Andou por dois quarteirões e entrou num boteco.

— Ô, China! Bota uma pinga pra mim, faz favor.

— Pinga?

— É, ué. Pinga. Cachaça. Cana. Mé. Não tem pinga nessa bodega?

— Você não é de tomar pinga...

— Tô precisando organizar as ideias.

Algo ia mal, o atendente percebeu.

— Que houve? Problema em casa, treta com a patroa?

— Tô na rua, China.

— Na rua??? Que foi isso? Separação? Ordem de despejo?

— Não viaja, China. Tô na rua aqui na firma. Fui despedido.

— Puta que os pariu! Agora?

— Aquele Jean me chamou na sala dele e veio com um papo de acordo.

— Feladaputa. Bem que o pessoal do sindicato tinha avisado que a coisa ia ficar feia.

— Você acredita que eles não querem pagar os 40% de multa, mesmo sem justa causa? Só querem pagar 20%. E ainda disseram que eu não vou poder sacar todo o fundo de garantia nem dar entrada no seguro desemprego.

— Eita, porra. Que merda de acordo é esse?

— Sei não. Mas o Dr. Jean tá me pressionando para aceitar. Disse que daqui a um ano e meio pode conseguir trabalho pra mim, como terceirizado. Se eu aceitar.



— Que cretino! O cara tá fazendo chantagem pra cima de você, Riba. É caô pra mais de metro. Não cai nessa, não.

— Só consigo pensar na Ritinha e na Bebel que tá vindo aí. — A voz oscila, os olhos se enchem d'água. — Com o desemprego do jeito que tá, eu caminhando pros 50...

— Lasqueira. A Rita já sabe?

— Ainda não. Sabe o que é engraçado? Eu via na televisão os políticos falando da reforma, dizendo que a nova lei ia modernizar as relações de trabalho, gerar emprego. Aquela turma de terno e gravata, falando bonito, representando a associação disso, a federação daquilo... Eu tinha até ficado entusiasmado, sabe?

— Conversa mole, Ribamar. Esse pessoal não vale o prato que come. A corda arrebenta sempre pro nosso lado.

— Sempre.

— Você é Pernambucano, Riba, você sabe o valor que tem um fio de bigode naquela terra, pelo menos na época que a gente era moleque.

— Ô.

— Não vale mais nada. Já pensou no tanto que a empresa vai faturar se conseguir fazer esse acordo com todo mundo? Vai economizar no FGTS, na multa, em hora extra, e vai economizar contratando todo mundo como PJ depois.

— Onde isso vai parar? Onde?

— Se já tava uma vergonha antes, espera pra ver como vai ficar. Escuta o que eu tô te dizendo.

— Tristeza. Bota outra pinga pra mim, faz favor.

Enquanto China entornava o garrafão, entrou no bar um rapaz novo, de uns 30 anos, o sorriso de orelha a orelha. Feliz da vida, acomodou-se na cadeira e pediu uma cerveja, em voz alta.

— Óia, traz a melhor que tiver. Hoje é dia de comemorar.

China e Ribamar trocaram olhares, cada um de um lado do balcão. O atendente tirou um casco da geladeira e levou até a mesa do saltitante freguês. Arrancou a tampinha e encheu o copo americano.

— Novidades? — China queria saber.

— Fui admitido. Tô empregado de novo!

No balcão, Ribamar arregalou os olhos.

— Ali na fábrica?

— É, na moagem.

— E como foi?

— Abriu uma vaga. Parece que tinha um senhor mais velho no lugar, que já não produzia a mesma coisa que antes e custava muito para empresa, com um monte de direitos, CLT, essas coisas.



— Te falaram isso?

China, constrangido, levantou os olhos em direção a Ribamar.

O “senhor mais velho” prestava atenção à conversa e acompanhava tudo de longe.

— É. Sabe como é, os tempos mudaram, a legislação precisava acompanhar os avanços, se modernizar.

— Xiii... — China deixou escapar.

— O quê?

— Nada. Não falei nada. Vai querer alguma coisa para acompanhar a cerveja?

— Boa ideia. Me traz uma porção de salame com azeitonas, por favor. E pode servir uma rodada de cerveja pra todo mundo. É por minha conta!

A última frase foi dita em alto e bom som, para todo mundo ouvir. Havia meia dúzia de pessoas no bar, e todas ganharam um copo. Ribamar também aceitou. E foi se sentar junto com o jovem.

— Com licença, queria te dar o parabéns pelo trabalho e agradecer a cerveja. Qual sua graça?

— Felipe.

— Prazer. Ribamar.

— Fica à vontade, Ribamar. Pega uma azeitona.

— Ouvi o que você dizia agora há pouco, sobre o novo emprego e o ex-funcionário mais velho. Fiquei curioso. Seu contrato não foi feito pela CLT?

— Claro que não. Ninguém mais trabalha com carteira assinada.

— Não?

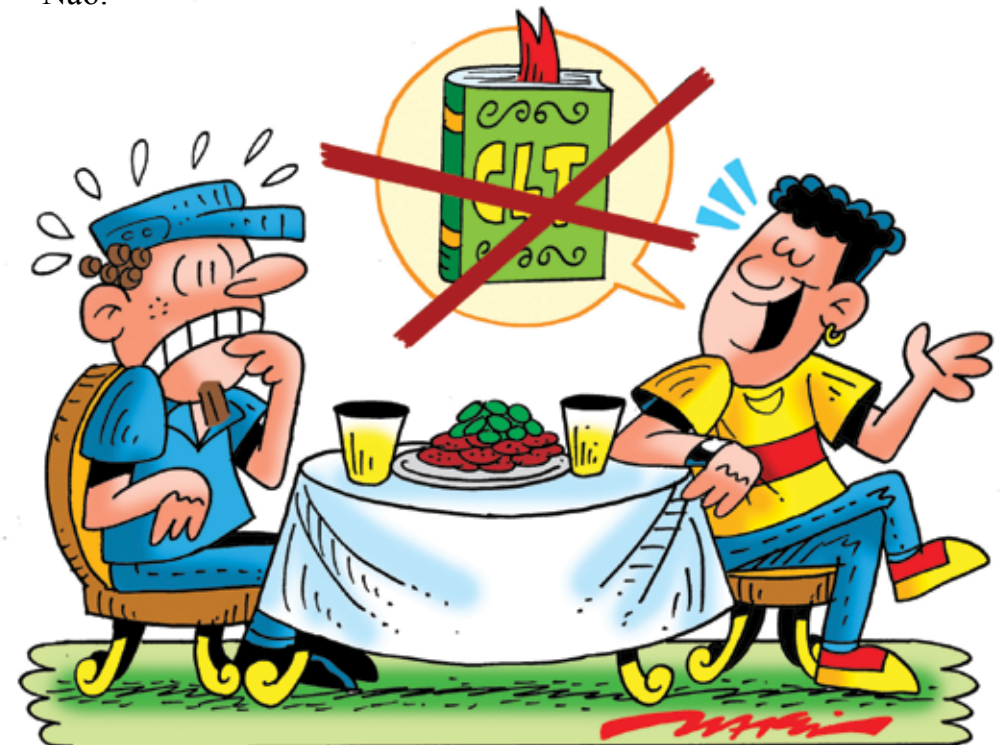
— Praticamente ninguém. Serei autônomo. Vou trabalhar e depois emitir nota fiscal.

— E isso dá direito a aviso prévio?

— Não.

— Dá direito a fundo de garantia?

— Não.





— Dá direito a hora extra?

— Não. Mas dá direito a banco de horas, para compensar depois. Acabou esse negócio de hora extra. Mesmo quem é contratado com carteira assinada agora entra no esquema de banco de horas para compensar na semana seguinte, coisa e tal.

— E dá direito a almoçar na empresa?

— Isso, sim.

— E, ainda que mal lhe pergunte, qual será seu horário de trabalho?

— Olha, a princípio vai ser das 8h às 17h, com uma hora de almoço. Mas o Dr. Jean disse que vai voltar a falar sobre isso comigo porque a ideia é reduzir o intervalo de almoço para meia hora.

— E pode?

— Agora pode. Nunca vi alguém que precisasse de uma hora para almoçar.

— Hummm.

— E ele também falou alguma coisa sobre trabalhar 12 horas.

— Doze horas? Que loucura é essa? Doze horas sem hora extra?

— É. Depois a gente folga 36 e fica tudo certo.

— Mas 12 horas seguidas não é arriscado? E se der sono? Não vai dormir em cima da máquina?

— Imagina. Sono nenhum. E a gente ainda fica o dia seguinte em casa.

— Esquisito.

— Se eu puder escolher, eu quero. Aí tenho o dia seguinte para trabalhar em outro lugar, já pensou? Segunda, quarta e sexta aqui, por exemplo, e terça, quinta e sábado em outra empresa.

— Espera aí, mais assim o trabalhador fica no batente 12 horas por dia, todos os dias.

— Isso. Trabalha 12 horas e descansa 12.



— Rapaz... Mas ninguém consegue trabalhar 12 e descansar 12. Você precisa se deslocar até em casa, tomar banho, jantar, resolver coisas da casa, das crianças...

— Mas dá tempo de fazer tudo. Quem não gostaria de ter dois salários?

— Ainda que mal lhe pergunte outra vez, você mora aqui perto?

— Duas horas para vir, duas pra voltar. Se eu trancar das oito às oito, vou sair de casa às 6h e voltar às 22h. Tá ótimo. Posso dormir da meia-noite às cinco e começar tudo de novo.

— Sabe de uma coisa? Tô aqui te ouvindo e percebendo que você tinha razão. O funcionário anterior, que foi demitido, estava mesmo velho demais para acompanhar os novos tempos e tanta modernidade no mundo do trabalho.

— Tô ligado. Pega mais uma azeitona, Ribamar. Hoje é dia de festejar!

# Pensa na tua filha!



Ribamar subiu no ônibus já meio desistido de si. A situação estava pior do que ele imaginava. A reforma trabalhista, pelo visto, tinha sido sancionada na medida exata para varrer os profissionais experientes das fábricas e ocupar toda a linha de produção com uma garotada despolitizada sem noção nenhuma dos abusos que uma empresa é capaz de cometer.

Se ele quisesse voltar a trabalhar, ia ter de se submeter a contratos precários, atípicos, acordados individualmente com o patrão, sem orientação de sindicato nenhum nem das convenções coletivas. E, muito provavelmente, teria de se virar como autônomo. Por mais que ele tentasse entender, duas coisas não se encaixavam:

O que os especialistas que falavam nos jornais da televisão tinham visto de tão bacana e promissor na nova lei?

Como o Brasil pôde aprovar uma legislação que deixará o trabalhador tão fragilizado, tão carente de direitos?

Ribamar não tinha energia nem para girar a chave na porta.

— Olha só quem chegou mais cedo hoje! Que surpresa boa...



Rita veio toda contente dar um beijo no marido.

— Já que você chegou mais cedo, vem aqui ver uma coisa no computador. Dá uma olhada nos lustres dessa loja. Olha esse com borboletas, que lindo. E esse aqui, de peixinhos?

Só então ela percebeu a fisionomia grave do marido; o olhar perdido, de quem vê e não enxerga. Ribamar não prestava atenção em nada, apenas andava feito barata tonta.

— Que aconteceu?

— Rita, aconteceu uma coisa chata lá no trabalho.

— Você brigou com alguém? Com o Tim? Puxa, Riba, logo hoje...

— Não, moção.

— Você quebrou alguma coisa? Vão descontar no fim do mês?

— Eu fui demitido.

Rita alcançou uma cadeira e se sentou. Levou a mão até a boca, em reação de espanto.

— Minha Nossa Senhora. Assim, de uma hora pra outra?

— Crise, reestruturação, corte de gastos. Vão me trocar por um moleque. Essa é que é a verdade. E sem direito nenhum.

— E não teve jeito de reverter, de adiar por mais alguns meses, de entrar num acordo?

— Até me ofereceram um acordo, mas não tem nada de muito agradável nele.

— Por quê?

— Você acredita que eles querem alegar que foi demissão por comum acordo?

— E o que é isso?

— Uma modalidade nova de demissão aí. Querem dizer que ela foi combinada entre mim e o patrão.



— E pra quê isso?

— Para eles não me pagarem tudo o que devem em multa e aviso prévio. E para que eu não possa pegar todo o FGTS em seguro-desemprego. Acredita?

— E você respondeu que não, né?

— Ainda não respondi. O problema é que eles estão me chantageando. O Dr. Jean diz que, se eu aceitar a demissão em comum acordo, ele pode conseguir um contrato de autônomo para mim daqui a um ano e meio.

— Mas amor, como vai ser agora? A Bebel...

— Eu sei, eu sei. Amanhã mesmo eu vou dar uma resposta lá na fábrica e depois já começo a procurar emprego.

— Amor.

— Quê?

— Eu posso voltar a trabalhar também.

— Ritinha, a gente já conversou sobre isso. Você está grávida, passou dos 35, não acho bom abusar. No ano passado foi aquela choradeira quando perdemos o Jorge. E se não segurar de novo?

— Dessa vez é diferente, Riba. A Bebel está forte, já estou no sexto mês. Posso arrumar algum coisa por algum tempo.

— Não é só isso. Você acha que vão querer pegar você três meses antes da licença maternidade?

— Tem aquela lá.

— O quê? A mineradora?

— É. Não faz nem dois meses que eles voltaram a me convidar. Eu já estava grávida.

— Esquece a mineradora, Ritinha. A lei nem permite que você trabalhe lá. É local insalubre, tóxico e arriscado, principalmente para gestantes. Tem lei que impede isso.

— Tinha.

— O quê ?

— Mudou. Fui atrás e descobri que agora não é mais proibido. As grávidas podem trabalhar inclusive em lugar insalubre. Só se for muito, mas muito insalubre mesmo, para não poder. E quem estiver amamentando pode trabalhar em qualquer lugar, inclusive nos muito, muito insalubres.

— Mas pode fazer mal pra você e pra Bebel.

— Se fizesse tanto mal assim, você acha que os deputados iam propor e o governo ia aceitar a mudança na regra?



— Ritinha, Ritinha... parece que você não conhece aquele Congresso e aquele governo.

— Poxa, Riba, a gente não pode ficar duro desse jeito logo agora. O emprego na mineradora é ok, paga o piso, e pode ser só por um período. Pensa na tua filha!

— Tô justamente pensando nela. Sei não. Depois você vai amamentar a Bebel lá na empresa? Em ambiente insalubre e tudo?

— A gente descobre o lugar mais seguro na empresa e eu vou até lá. E se o patrão implicar, paciência. Eu amamento só de noite e a Bebel toma mamadeira de dia. Conheço tanta gente que fez isso.

— Mas os intervalos para amamentação são garantidos em lei. O patrão não tem nada que se intrometer nisso nem fazer pressão.

— Era lei. Não é mais. Quer dizer, agora quem estiver amamentando precisa conversar com o patrão para acertar como serão esses intervalos.

Vale a negociação individual. Parece que lá na mineradora o pessoal não gosta muito da ideia de receber bebês em horário de trabalho.

— Deve ser justamente por causa da insalubridade, para evitar processos futuros. Vai que o ambiente provoca alguma anomalia na criança...

— Ai, Riba, que horror! Bate na madeira. Toc toc toc.

— Não sei, Rita. Não gosto nada dessa ideia. Ainda por cima a mineradora é longe, fica em lugar de difícil acesso.

— É, mas tem ônibus da companhia.

— Ainda assim. Vai perder um tempão no ônibus. E não adianta nem sonhar em ser remunerada pelo tempo gasto no trajeto. Além do mais, você está grávida, Rita! E se acontece alguma coisa lá? Se a bolsa rompe em horário de trabalho, a gente faz o quê? Vai dar à luz na mineradora, entre galões de soda cáustica e amianto?

— Tô tentando ajudar, Ribamar. Você é que não está colaborando. Pensa na tua filha!



# Essa tal de Justiça podia ser mais justa

Foi Rita quem sugeriu:

— Vai lá conversar com o Moraes. Pergunta para ele o que dá pra fazer.

Moraes era um vizinho da rua, duas quadras acima. Cresceu com Ribamar, jogava bola com ele aos domingos e chegou a namorar sua irmã na juventude. Primeiro da turma a vida toda, havia se formado em Direito e atuava como advogado, com OAB e tudo. Crânio. Maior CDF.

— Vai lá, Ribamar. Ele pode orientar a gente, quem sabe abrir um processo.

— Você vem comigo?

Saíram os dois. Nem telefonaram antes. Àquela hora, Moraes já deveria estar em casa. Dito e feito. Abaixou o volume da TV e levou o casal até o escritório. Ribamar resumiu a história.

— Então foi isso. Tô desempregado, com uma reunião agendada para amanhã cedo para acertar o tal acordo e fazer a rescisão. O China, que trabalha no bar, diz que eles estão me chantageando para aceitar o acordo. Você acha que a gente pode processar a empresa por chantagem?

— Ato ilícito de coação.

— Perdão.

— O empregador, neste caso, poderia ser processado por coagir o empregado. Configura assédio moral no trabalho.



— Entendi. E eu posso processar a empresa por isso?

— Poder, você pode. Mas acho que você não deve. Sabe, Ribamar, a verdade é que não tem muito para onde fugir. Não vai dar em nada. E você ainda é capaz de levar a pior.

— Levar a pior? Pior que ser demitido desse jeito? Com a Rita grávida, ainda por cima!?

— Você vai continuar sem emprego e ainda pode ser obrigado a indenizar seu patrão.

— Tá maluco, Moraes? Que papo é esse de indenizar patrão? Eu, hein.

— Veja, Ribamar, o Direito é um organismo vivo. As leis estão sempre mudando, sendo atualizadas, revisadas. E a forma de agir dos juízes também muda, conforme a doutrina, a jurisprudência.

— Que que é isso?

— Decisões anteriores inspiram as novas decisões. Mas o que importa é que, depois da lei 13.467 de 2017, que detalha a reforma trabalhista, ficou muito mais difícil para os empregados defenderem seus direitos. Numa ação que precisar de perícia, por exemplo, a parte perdedora terá de pagar pelo serviço. Se o juiz entender que o trabalhador mentiu ao reivindicar um direito que não tinha, ou dizer que trabalhou horas a mais sem ter trabalhado de fato, pode ser condenado a pagar indenização à empresa. Até arrolar testemunhas ficou difícil. Se der zebra, as testemunhas também podem ser condenadas a indenizar a empresa.

— Difícil de acreditar. — Rita comentou, entrando na conversa, como se perdesse o chão.



— Essa reforma foi feita com o objetivo claro de favorecer as empresas.

— Isso eu já percebi. Mas como foram aprovar isso? Como pode?

— Olha, Rita, a real é que não se pode esperar outra coisa de um Congresso quase todo formado por ruralistas, grandes empresários e políticos que representam banqueiros e outros setores endinheirados, com apoio infalível dos jornais e dos canais de TV. No discurso deles, a justificativa é que esses artigos combatem o que eles chamam de fragilidade das empresas. Os patrões reclamavam que qualquer empregado podia abrir um processo, alegar direitos indevidos, e sair vitorioso. Até as testemunhas poderiam mentir para ajudar o colega.

— Que absurdo.

— Segundo essa abordagem, o trabalhador não precisava se preocupar com nada no modelo antigo. Mesmo se perdesse a ação, ficaria livre de pagar advogados, perícia, indenização ou qualquer outra sanção. É uma leitura equivocada da realidade, porque o trabalhador é sempre a parte vulnerável numa relação de trabalho. Se pudesse, ele escolheria não iniciar uma disputa judicial. Os efeitos são muitos. Ele pode passar a imagem de “encrenqueiro”, ficar marcado, ter dificuldade para arrumar emprego... É em razão desse desequilíbrio de forças entre patrão e empregado que os trabalhadores conquistaram, há mais de 70 anos, uma legislação trabalhista que era mais protetiva, ou seja, que protegia a parte mais fraca na relação. Isso tudo está sendo desmontado.

— Mas acabou até a Justiça Gratuita? — Ribamar quis saber.

— Ela existe só para quem receber salário igual ou inferior a 40% do limite máximo dos benefícios previdenciários.

— Tá falando difícil de novo, Moraes...

— Hoje seria só para quem ganha até 2.100 reais por mês, mais ou menos. Seu salário é maior do que isso, então não tem Justiça Gratuita para você.

— Mas e se eu disser que não tenho recursos?

— Antes bastava uma declaração. Agora precisa comprovar. Sinceramente, com casa própria e filha na universidade particular, com financiamento estudantil ou não, é mais fácil o juiz recusar.

— Mas e se eu procurar os jornais para denunciar a forma de agir da empresa?

— Duvido que publiquem. Se publicarem, você pode ser processado por dano à imagem da empresa.

— Dano à imagem da empresa?

— Outra novidade. Se falar mal da empresa por aí, o patrão pode te acusar de fazer propaganda negativa, dá a maior confusão. Além de demissão justificada, ainda pode rolar indenização. Ou seja, você pode ser obrigado a ir ao trabalho vestindo um uniforme com o logo da empresa, fazer a maior divulgação dela no ônibus e no trem sem ganhar um tostão, mas tenta comentar nas redes sociais sobre qualquer coisa que o desagrade e você vai ver o que acontece na Justiça.

— Depois de tudo isso, você ainda chama essa patacoada de Justiça?



— Tem razão, Riba. Eu diria que essa tal de Justiça poderia ser mais justa. Se bem que, justiça seja feita, com o perdão do trocadilho, tem uma porção de juiz bom em atividade por aí. E esses estão tentando se mexer, assim como os promotores e os advogados sensíveis à justiça social, às dificuldades da classe trabalhadora. Só que não são a maioria. E acabam sofrendo perseguição por defenderem o trabalhador. Enfim, tá osso. O governo e o Congresso que estão aí vêm com rolo compressor. Passam por cima mesmo.

— Então sua posição é a de que não há o que fazer?

— Há. Derrubar essa lei, que já nasceu superada, retrógrada, elitista.

— E no meu caso em particular?

— Se você resolver tentar, pode contar comigo. Mas saiba dos riscos. Não vai ser fácil.

— Posso fazer uma última pergunta?

— Claro!

— Tava tudo indo tão bem, Moraes. Salário aumentando, desemprego caindo, a garotada na escola, trabalhador viajando de avião... O Brasil era a quinta economia do mundo... Como chegamos nesse ponto, nessa desgraça?

O advogado apenas baixou os olhos, apertou os lábios e balançou a cabeça de um lado para o outro, em sinal de desaprovação. Não disse nada.

— Vambora, Ribamar — Rita sugeriu, levantando-se da cadeira. Bora trabalhar e pensar no que fazer.

— Sabe o que eu acho? — era o advogado. — Acho que o momento é de união e enfrentamento. Tem muita gente hoje na situação de vocês, passando um aperto danado e sem entender direito por quê. Uma parte cai na lorota de que é herança maldita do governo anterior, quando sabemos que estão se aproveitando de um governo ilegítimo para aprovar um monte de maldades contra o povo. Acho que agora, mais do que nunca, é hora de procurar o sindicato, ir às ruas, reivindicar, cobrar todos os dias o pessoal de Brasília, para eles saberem que traba-



lhador nunca mais vai votar em quem é contra o trabalhador. Vai ser uma luta árdua, em todas as frentes, para anular essas leis e reverter essa avalanche de retrocessos. O que não podemos é desistir.

— É, você tem razão — disse Ribamar, abrindo a porta.

“O momento é de união e enfrentamento”, as palavras de Moraes ecoavam na cabeça de Rita, de mãos dadas com o marido, a caminho de casa.





## Confederação Nacional do Ramo Químico da CUT – CNRQ/CUT

Direção eleita - Gestão 2017 – 2021

Presidência	<b>Lucineide Varjão Soares</b>	<i>Químicos de SP</i>
Vice-Presidência	<b>Aurélio Antonio de Medeiros</b>	<i>Traquimfar</i>
Secretaria de Administração e Finanças	<b>Sergio Novais</b>	<i>Químicos do ABC</i>
Secretaria Geral	<b>Itamar José Rodrigues Sanches</b>	<i>Sindipetro SP</i>
Secretaria de Relações Internacionais	<b>Hélio Rodrigues de Andrade</b>	<i>Químicos de SP</i>
Secretaria de Relações de Trabalho	<b>Edilson Souza Santos</b>	<i>Químicos de SP</i>
Secretaria da Mulher Trabalhadora	<b>Lucimar Rodrigues da Silva</b>	<i>Químicos do ABC</i>
Secretaria de Saúde do/a Trabalhador/a	<b>Wilson de Oliveira Reis</b>	<i>Sindipetro NF</i>
Secretaria de Políticas Sociais	<b>Alex Ricardo Fonseca</b>	<i>Químicos de SP</i>
Secretaria de Organização e Política Sindical	<b>Geralcino Santana Teixeira</b>	<i>Químicos de SP</i>
Secretaria de Comunicação	<b>Paulo de Souza Bezerra</b>	<i>Sindiquímica PE</i>
Secretaria de Formação	<b>Francisco Sales Vieira</b>	<i>Químicos do ABC</i>
Secretaria Setorial Química e Plástico	<b>Adilma Oliveira da Silva Pereira</b>	<i>Sindiquímica BA</i>
Secretaria Setorial Farmacêutica	<b>Luiza Helena Gomes Conceição</b>	<i>Traquimfar</i>
Secretaria Setorial Borracha	<b>Alexandre Edérson dos Santos</b>	<i>Sindborracha São Leopoldo</i>
Secretaria Setorial Vidros e Cerâmica	<b>Ivonete Pereira César</b>	<i>Vidreiros de SP</i>
Secretaria Setorial Petróleo	<b>Elizabete de Jesus Sacramento</b>	<i>Sindipetro BA</i>
Secretaria Setorial Petroquímica e Fertilizantes	<b>Luiz Conceição Lopes</b>	<i>Sindiquímica BA</i>
Secretaria Setorial Papel Papelão e Celulose	<b>Márcio de Paula Cruz</b>	<i>Papeleiros de Mogi</i>
Secretaria Setorial Minérios	<b>Álvaro Luiz da Silva Alves</b>	<i>Sindimina SE/AL/PE/PI</i>
Secretaria Regional Sudeste I SP/MG	<b>Rosalina Silva</b>	<i>Papeleiros de Jacareí</i>
Secretaria Regional Sudeste II RJ/ES	<b>Roberto Carlos Carnavos</b>	<i>Químicos Belford Roxo</i>
Secretaria Regional Sul	<b>Ademir Jacinto da Silva</b>	<i>Sindiquímica PR</i>
Secretaria Regional Norte	<b>Francisco Brito de Freitas</b>	<i>Sindplast Manaus</i>
Secretaria Regional Nordeste	<b>Lucíola Conceição dos Santos Semião</b>	<i>Sindiquímica BA</i>
Secretaria de Juventude	<b>Juliane Bielak</b>	<i>Sindipetro PR/SC</i>
Secretaria de Meio Ambiente	<b>Maria Lúcia Pereira de Brito</b>	<i>Sindimina Presidente Figueiredo</i>
Suplência da Direção	<b>Juvenil Nunes da Costa</b>	<i>Químicos do ABC</i>
Suplência da Direção	<b>Oswaldo da Silva Bezerra</b>	<i>Químicos SP</i>
Suplência da Direção	<b>Severino A. Nascimento</b>	<i>Vidreiros de SP</i>
Suplência da Direção	<b>Ronaldo Pereira da Cruz</b>	<i>Papeleiros de Sorocaba</i>
Suplência da Direção	<b>Anisvaldo Bomfim Daltro</b>	<i>Sindipetro BA</i>
Suplência da Direção	<b>Carlos Alberto Mota Itaparica</b>	<i>Sindiquímica BA</i>
Suplência da Direção	<b>Gerson Antonio Borba</b>	<i>Sindipolo</i>
Conselho Fiscal	<b>Dalva Lúcio de Oliveira</b>	<i>Químicos do ABC</i>
Conselho Fiscal	<b>Edna Vasconcelos do Amaral</b>	<i>Químicos de SP</i>
Conselho Fiscal	<b>Gilene Pinheiro da S. Mendes</b>	<i>Sindcelpa BA</i>
Suplência Conselho Fiscal	<b>Suzana dos Santos Teixeira</b>	<i>Sindplast Manaus</i>
Suplência Conselho Fiscal	<b>Iran da Cunha Santos</b>	<i>Sindimina RJ</i>
Suplência Conselho Fiscal	<b>Carlos Alberto Padilha</b>	<i>Sindborracha Pernambuco</i>



### **Camilo Vannuchi**

é Jornalista, escritor, mestre e doutorando em Ciências da Comunicação pela USP, foi membro da Comissão Municipal da Verdade da Prefeitura de São Paulo

### **Marcio Baraldi**

é cartunista brasileiro, criador dos personagens Roko-Loko, Adrina-Lina, Ginho ET de Varginha, Tattoo-Zinho e muitos outros.



[www.cnq.org.br](http://www.cnq.org.br)

